

RECORDAR LUCIEN FEBVRE: NOTAS ACERCA DE SUAS CONTRIBUIÇÕES

Alexandre de Sá Avelar¹
Marcos Antônio Lopes²

Resumo: o artigo apresenta as reações de Lucien Febvre às formas conservadoras de escrever a história ainda predominantes em seu tempo, isto é, ao longo da primeira metade do século XX. O texto também apresenta e discute algumas das contribuições mais relevantes do historiador francês para a pesquisa histórica, como a utilização de conceitos operacionais e o exercício do gênero biográfico, praticado em novos termos.

Palavras-chave: historiografia contemporânea; teoria da história; história das ideias.

Abstract: the article presents the reactions of Lucien Febvre to conservative forms of writing the history still prevalent in his time, i.e., along the first half of the 20th Century. The text also presents and discusses some of the most significant contributions of the french historian to historical research, as the use of operational concepts and the exercise of the biographical genre, practiced in new terms.

Key words: contemporary historiography, theory of history, history of ideas.

“O grande mérito de Lucien Febvre é o de submeter a uma crítica implacável as ideias vagas, as leis discutíveis, as afirmações absolutas, que se tem empregado precipitadamente.”

Henri Berr (1955, p. VIII)³

“Juntamente com Marc Bloch, Lucien Febvre domina a historiografia francesa contemporânea e é, sem nenhuma dúvida, excepcional, pelas dimensões e pela diversidade de sua obra.”

Jacques Revel (1993, p. 324)

Um clássico da historiografia contemporânea fez em 2012 setenta anos. Ao que parece, *O problema da incredulidade no século XVI* envelheceu em muitos aspectos, mas a obra não deixa de ser lembrada como abordagem renovadora dos estudos históricos, tendo causado grande impacto nos meados do século passado e exercido bastante influência nas décadas seguintes. Mas, e nos dias de hoje, qual o grau de relevo do pensamento histórico de Lucien Febvre? Um exame ainda que superficial de algumas noções e de determinados pressupostos que atualmente

¹ Professor da Universidade Federal de Uberlândia. Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense.

² Professor da Universidade Estadual de Londrina. Doutor em História pela Universidade de São Paulo. Pesquisador do CNPq/Bolsista Produtividade em Pesquisa.

³ Livro escrito com colaborações pontuais de Lionel Bataillon e publicado em 1922, após várias interrupções.

balizam a produção dos historiadores já eram caros ao historiador francês na primeira metade do século XX. Poucos admitiriam – e talvez nem mesmo os adeptos das correntes pós-modernas de interpretação de textos – que o conhecimento do passado poderia abrir mão da escolha de um problema de pesquisa ou que o investigador não deveria se deparar, em algum momento do seu trabalho, com o desafio de refletir sobre as tortuosas e complexas relações entre os tempos históricos e entre estes e a sua própria subjetividade, colocando-se, neste prisma, a tarefa de enfrentamento do sempre polêmico problema do anacronismo. A narrativa histórica estaria, ainda, em condições de abrir mão das contribuições de outras dimensões de pensamento ou da abertura para conceitos oriundos de outros campos do saber? O historiador cumpriria bem o seu ofício se sua análise se deixasse levar pela sedução dos fatos – especialmente aqueles de caráter político – ou pela tentação de atribuir aos grandes personagens as rédeas da história?

As questões acima pontuam um diagnóstico de nosso labor. Não restam maiores polêmicas sobre o fato de que o historiador contemporâneo deve seguir alguns protocolos de método e de rigor teórico para ser aceito entre os pares como legitimamente habilitado a lidar com experiências. Ele deve postular problemas de pesquisa, estar atento ao contato com as demais Ciências Humanas, evitar o risco de enxergar no passado dilemas que lhe são contemporâneos e ampliar sua análise em direção aos aspectos econômicos, sociais e culturais da realidade social. Trata-se, de certa forma, de um conjunto estabelecido de pressupostos que orientam o nosso campo produtor de conhecimento histórico. Funcionam, assim, como instrumentos de distinção intelectual, como os recursos que, uma vez adquiridos, nos transformam em reconhecidos inquiridores do passado. A cristalização dos conceitos e sua transformação em ferramentas de uso intelectual ordinário escondem, muitas vezes, a dinâmica histórica que lhes deu forma, os conflitos e jogos de poder que presidiram o seu surgimento. O que fizemos questão de destacar constitui certo *modus operandi* do trabalho historiográfico em relação ao qual parecem subsistir poucas dúvidas a respeito de sua validade e eficácia.

A rotinização dessa operacionalidade historiográfica talvez esteja na raiz da pouca atenção, em nossos dias, que é devotada à obra de Lucien Febvre. As questões que assinalamos ocuparam por décadas a inquieta mente desse historiador, seriamente comprometido com o que acreditava ser o necessário

trabalho de renovação dos estudos históricos. Se tais questões hoje nos parecem mesmo banais, de forma alguma o eram no início do século XX, quando ainda se sentiam os ecos da Escola Metódica e dos diversos historicismos. Recuperarmos Febvre significa nos situarmos em uma quadra decisiva, em que a história, como disciplina científica, foi pensada, repensada, escrita e reescrita.

Como historiador-filosófico, ou seja, na qualidade de inventor de categorias analíticas, ou como o mentor reconhecido pela utilização eficaz das mesmas, ressalta-se, na vastíssima obra de Lucien Febvre (1878-1956), conceitos instrumentais relevantes para a análise histórica como, por exemplo, “aparelhagem mental” (que, aliás, antecipa, em algum grau, o gênero historiográfico *História das Mentalidades*).⁴ e “história historizante”. O primeiro conceito nasceu mesmo da imaginação criadora de Febvre, que o tirou de um marco zero e lhe atribuiu os sentidos conhecidos. Segundo Febvre, “aparelhagem mental” são as visões de mundo ou os sistemas de representação peculiares a diferentes sociedades; denotam as maneiras originais de crer e de sentir dos homens em meios socioculturais distintos, numa mesma época. Segundo ele, o conceito deve incluir tanto a linguagem como o aparato conceitual disponível no interior de dada cultura. (FEBVRE, 2009, p. 143)⁵ Com certeza, ambos os instrumentos compõem as fontes de seu pensamento histórico ou, para ser fiel ao linguajar dos comentadores de sua obra, um dos setores da alegada “herança quádrupla” da Escola de Annales, a saber: a Sociologia de Durkheim, a Psicologia, a História metódica ou “historizante” e a Geografia vidaliana.

Como lembra um dos apoiadores de Febvre, a Geografia ocupou um papel central em sua concepção de historiador. O problema do meio ambiente não lhe escapava. Para tratar este problema complexo, disse Henri Berr, necessitava-se de

⁴ Do qual foram representantes ilustres os historiadores Robert Mandrou, Philippe Ariès e Georges Duby. Acerca da herança e dos herdeiros da História das Mentalidades, ver os seguintes ensaios: MANDROU, Robert. *A História das Mentalidades*. In: VÁRIOS AUTORES. Lisboa: Gradiva, 1988; ARIÈS, Philippe. *A História das Mentalidades*. In: LE GOFF, Jacques et alli. Coimbra: Almedina, 1990; DUBY, Georges. *Para uma História das Mentalidades*. Lisboa: Terramar, 1999. Há também um ensaio de Jacques Le Goff: *As mentalidades, uma história ambígua*. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre (orgs.). *História*. Novas abordagens. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1978. De autor nacional, ver o ensaio de Ronaldo Vainfas: VAINFAS, Ronaldo. *História das mentalidades e história cultural*. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). *Domínios da história: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

⁵ Dois outros autores ampliam essas noções: REVEL, Jacques. *Mentalidades*. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993. p. 530; CHARTIER, Roger. *Ferramenta mental*. In: LE GOFF, Jacques et alli. *A nova história*. Almedina, 1990. p. 218.

um geógrafo historiador, ou melhor, de um historiador geógrafo, e mais ou menos sociólogo, por acréscimo. (BERR, 1955) Também o conceito de “história historizante” se colou à rica lavra vocabular de Lucien Febvre, e se prestou como instrumento de crítica a um gênero de interpretação de fontes que tomava a informação ali contida como expressão de uma verdade totalmente transparente, o que conduzia à produção de uma narrativa meramente replicante de evidências encontradas prontas e definitivas. História vocacionada a oferecer respostas sem prévia indagação, narrativa construída sem os pilares de uma investigação reflexiva prévia e empenhada em formular problemas configuradores da pesquisa, eis os traços da história historizante, adversária preferencial de seus combates, no plano da crítica historiográfica. E como esse gênero de história tomava a política como matéria-prima de seu próprio discurso, entrou na linha de tiro de um historiador com vasta experiência em artes bélicas, talvez reforçada por sua condição de comandante de divisão do exército francês na Primeira Guerra Mundial. De fato, a expressão “história historizante” foi cunhada por Henri Berr, mas consagrada por Lucien Febvre como uma adversária a se combater aguerridamente e sem tréguas. Numa de suas notas bibliográficas “venenosas” que republicou, com alterações, em seu tempestuoso *Combats pour l’Histoire* (1953), Febvre explica a origem da expressão, além de definir o gênero. O historiador historizante trabalha sobre fatos particulares, por ele reunidos de maneira minuciosa. Ele os vincula entre si, coordena-os, o que lhe permite analisar as transformações políticas, sociais, morais, que os textos revelam cristalinamente em dada altura dos acontecimentos. (FEBVRE, 1953) Mas, apesar de tantos bons serviços, onde estará o homem no turbilhão de textos? Contra as “prudências vacilantes” dos cultuadores de fatos reunidos às pilhas nos textos, e cuidadosamente organizados como se fossem fiadas de tijolos numa parede bem aprumada, Febvre contrapôs suas conhecidas hipóteses inquiridoras, encarregadas de estabelecer um inventário complexo das relações entre os textos (independentemente de seus suportes), os fatos e, naturalmente, os homens, com seus feixes de intenções, de emoções, de vontades, etc. Para fazer história, à maneira do historiador francês, seria preciso meditar longamente sobre os aspectos de complexidade da empresa. Portanto, o historiador deveria impor-se “necessidades filosóficas” sérias, antes de dispor-se a “empilhar”

documentos.⁶ Onde houvesse um aparentemente saudável “horror sagrado às hipóteses”, afirmou, não poderia haver história posto que quando não se sabe o que se procura, não se pode saber o que se encontra. Formular problemas, embrenhar-se num horizonte de dúvidas produtivas, eis, para o autor do célebre *Combats pour l'Histoire*, o início e o fim da história.

Os governantes, entidades individuais e caprichosas, juntamente com a sua grossa maquinaria de Estado, provida de prodigiosa capacidade de criar registros personalizados de suas ações, normalmente vistas por um ângulo favorável, foram despejados por Febvre para o porão da História. Assim, o historiador teria mais liberdade de movimentos para passar dos feitos memoráveis dos heróis ao maior proveito dos sistemas de crenças das coletividades difusas e anônimas. Esse seria um dos impulsos renovadores de Febvre, impulso criador que resultaria mais tarde na História das Mentalidades.⁷ Escrevendo nos meados dos anos 1980, Jacques Revel afirmava que: “Hoje como ontem, mais do que ontem, a História das Mentalidades privilegia, com raras exceções, o coletivo sobre o individual, os processos culturais impessoais com relação à cultura dos autores e das obras, o psicológico sobre o intelectual, o automático sobre o refletido”. (REVEL, 1993b, p. 535) Essas eram bem as intenções de Lucien Febvre, o que levou o autor a desenvolver pela dita História historizante um intenso sentimento de aversão, o qual sempre procurou demonstrar sem rodeios quando a ela se dirigia como o resenhista de livros da “má História”; isso não sem deixar uma mensagem engajada e valorizadora em torno dos princípios que julgava constituir a “boa História”, a “sua História”, a “História” de seus companheiros e de seus liderados, o que pode ser rapidamente identificável em alguns dos artigos reunidos em seu *Combats pour l'Histoire*. (FEBVRE, 1953) Os artigos de *Combats* (livro considerado por Wallace Kirsop como o “testamento político” do autor), e outros que mais tarde foram agrupados e publicados postumamente (*Au coeur religieux du XVIIe siècle*, 1957, e

⁶ A existência de uma reflexão marcadamente teórico-filosófica na obra de Febvre – e também de Marc Bloch – tem alimentado um significativo debate no campo da historiografia. Cf. MASTROGREGORI, Massimo. Existe uma formulação teórica em Marc Bloch e Lucien Febvre? In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

⁷ Alguns ensaios do autor, que definem a sua “psychologie historique” e que podem ser considerados teorizações *avant la lettre* do gênero História das Mentalidades: FEBVRE, Lucien. La psychologie et l'Histoire. In: *Encyclopédie Française*. Paris, 1938; FEBVRE, Lucien. La sensibilité dans l'Histoire. *Annales*. Paris, 1941; FEBVRE, Lucien. Sorcellerie, sottise ou révolution mentale. *Annales*. Paris, 1948; FEBVRE, Lucien. Histoire des sentiments. La terreur. *Annales*. Paris, 1951.

Pour une Histoire à part entière, 1962), ocupam um lugar central na atividade intelectual de Febvre. Segundo Roger Chartier, não parece existir nenhuma margem para duvidar que foi por meio das milhares de páginas descarregadas nos *Anais* do período entre guerras que Lucien Febvre prestou o seu maior contributo ao processo de redefinição do ofício profissional de historiador. E isso não somente quanto aos seus objetivos ou quanto às formas de procedimento, mas também quanto a suas práticas de investigação. (CHARTIER, 1990)

As discussões desencadeadas por seus comentários, a partir da revista *Annales*, foram ações decisivas contra uma espécie de história julgada de alcance limitado perante as realidades mais relevantes vividas pelos homens no tempo. A denominada *Histoire Événementielle* recebeu dele a seguinte sentença: era excessivamente amarrada a fatos estéreis, por demais restrita a grandes datas, além de gravitar em torno de façanhas grandiosas de varões insignes como os reis e os comandantes militares, figuras modelares de quem se narravam glórias superfaturadas. Para Febvre, a *Histoire Événementielle*, em relação à qual era cético desde os seus anos de formação, significava a história dos fatos singulares, matéria-prima de relatos burocráticos compostos sem o emprego de um recurso decisivo do historiador, a imaginação criadora. Nas palavras de Roger Chartier, essa história historizante foi encarada por Febvre como uma inimiga para toda a vida, “... condenada pela sua definição acanhada do documento e pela representação ilusória do fato histórico como sendo um dado que bastaria a crítica para o encontrar”. (CHARTIER, 1990, p. 214)

Nos tempos da incontestável influência do manual dos “sorbonagros” Langlois-Seignobos (LANGLOIS; SEIGNOBOS, 1898), um livro que fez escola, dentro e fora da França, o método de pesquisa preconizava uma história dos acontecimentos de relevo, por assim dizer, os episódios efervescentes da vida política. As intervenções teóricas de Febvre promoveram a obra de desconstrução de formas engessadas de se escrever história ao longo da primeira metade do século XX. Mas, por trás dos célebres “debates e combates”, havia também uma mensagem subliminar. François Dosse avalia que não se tratava apenas de sustentar e vencer uma luta no plano das ideias. (DOSSE, 2001) Uma questão importante fora formulada e deveria ser resolvida: seria possível deixar Estrasburgo como página gloriosa, porém virada, de uma aventura intelectual bem sucedida, e

agora vista como etapa de preparação para instalar-se em Paris e, como culminação de uma estratégia profissional, continuar exercendo não apenas uma influência teórica de relevo, mas, inclusive, uma incontestável preponderância no sistema universitário francês?⁸ Como aponta André Burguière, a notável influência de Lucien Febvre não se restringira meramente ao terreno das reflexões de historiador reputado. A liderança intelectual por ele exercida tornou-se também uma liderança política, ainda que o autor jamais abandonasse seus estudos. Segundo Burguière, Febvre conseguiu formar uma base de apoiadores de tal modo consistente que lhe permitiu criar, com o fim da Segunda Guerra Mundial, uma instituição universitária inteira, a VI Seção da Escola Prática de Altos Estudos, a partir de 1947. (BURGUIÈRE, 1993, p. 324) Nos últimos dez anos de sua vida, o autor viu consolidar-se boa parte de seus princípios teóricos. De maneira audaz, ele conquistara o campo para o livre exercício das experiências interdisciplinares, um de seus principais legados.

A ironia e a acidez contidas nas críticas aos defensores do tradicionalismo historiográfico eram, muitas vezes, expostas por Febvre em trajes panfletários, com radicalização de posições, simplificações de pontos de vista, enquadramento caricatural dos adversários e esquematismos binários. Apresentavam com clareza, entretanto, os principais pontos em disputa, os termos da contenda, os marcos do conflito, as especificidades das interpretações em jogo. Em muitos dos seus escritos, Febvre não hesitava em substituir o esforço de análise pela militância aberta em nome de uma batalha contra a história historizante que ele não considerava vencida. Como num exercício bélico, a ocupação dos territórios era estratégia inadiável e as eloquentes referências proferidas contra o *establishment* acadêmico francês requerem um olhar mais cauteloso. Elas não impediram, por exemplo, que Febvre galgasse os mais altos postos na hierarquia universitária, construindo sua carreira exatamente sob as regras do jogo das promoções e ascensões definidas ainda durante a III República. Não poderíamos considerar nosso historiador, sob esse aspecto, uma figura marginal. Na correspondência trocada com Marc Bloch, durante os anos 1920, Febvre alude ao caráter

⁸ O que efetivamente foi alcançado. Como anota Wallace Kirsop em seu extenso artigo, “By 1948, he was in every sense a *mandarin* (academic establishment figure)”. KIRSOP, Wallace. Lucien Febvre (1878-1956). In: DAILEADER, Philip; WHALEN, Philip (orgs.). *New Historical Writing in Twentieth-Century France. French Historians (1900-2000)*. Chichester: Blackwell Publishing, 2010. p. 233.

eminentemente político do acesso aos principais postos na Universidade francesa daquele momento, uma lógica que se sobrepunha à capacidade intelectual e que exigia dos candidatos o estabelecimento de sólidos laços sociais. Em 1926, o então pouco conhecido historiador conheceria de perto essa lógica, ao postular sem sucesso a cadeira de Charles Seignobos, na Sorbonne. Sua ida para Estrasburgo, a instituição com maior prestígio depois da Sorbonne, consolidava aquilo que Gérard Noiriel chamou de “arte do compromisso”, ou seja, “a arte de saber até onde é possível ir sem sair dos limites da liberdade vigiada que a comunidade concede a cada um dos seus membros”. (NOIRIEL, 2005, p. 330)

Desde os anos 1930 Lucien Febvre protagonizou a condição de encarregado do *marketing* de uma “história viva”. De acordo com Charles Morazé, a expressão era mesmo muito cara ao autor. Mas não citaremos a célebre cena do barco em meio à tormenta, com o valoroso Frei Jean fazendo a figura do herói que se adianta, para ajudar os marinheiros na salvação da nau, enquanto Panúrgio e Pantagrue se omitem. Há outros exemplos, e até melhores para atestar a sua predileção pela compreensão do passado partindo da dimensão do tempo presente, como o seu curso “Honra e Pátria”, no Collège de France, que deu origem ao livro póstumo. A discussão ali desenvolvida surgiu a partir de seu interesse pela história de dois irmãos que lutaram em campos opostos na Segunda Guerra Mundial, e o drama enfrentado pela mãe de ambos. (MORAZÉ, 1998, p. 11) Como nenhum outro historiador, ele personificou a vanguarda de uma nova forma de historiografia, muito orgulhosa de si, sobretudo pelas renovações que propunha. O exercício de uma crítica por vezes esmagadora sobre uma série de estudos históricos que julgava antiquados, nas incontáveis resenhas que publicou nos periódicos *Revue de Synthèse Historique* e em *Annales*, foi um persuasivo instrumento de confronto de ideias. O historiador atuou como um estrategista intelectual. Houve até quem o comparasse a uma espécie de intelectual engajado, algo assim com o Voltaire dos “jesuítas metódicos”, atuando implacavelmente contra os historiadores positivistas em missões interventoras pelo estabelecimento e afirmação de uma nova História.

De fato, Georges Gusdorf aproximou a metralhadora de Lucien Febvre às rajadas filosóficas de Voltaire. A indagação de Gusdorf: no campo da história, Febvre não estaria levando adiante, por meio de sua crítica teórica dissolvente, algo equivalente aos efeitos gerados pela obra de reflexão voltairiana no século XVIII? E

acentua Georges Gusdorf, com vistas a estabelecer a diferença qualitativa entre ambos: Voltaire não fez nenhum esforço para compreender Loyola, enquanto Lucien Febvre, por exemplo, que nada tinha de luterano, conseguiu, pelo recurso da empatia, reconstituir um admirável retrato do Lutero histórico. (GUSDORF, 1960, p. 226)⁹ Com o seu *Lutero*, de 1928, não afirmamos que o historiador rompia com a tradição do gênero biográfico, conforme afirma Roger Chartier. (CHARTIER, 1990, p. 216) A nosso ver, recusar ou contrapor-se a uma tradição de literatura histórica não significa necessariamente dissolvê-la por inteiro. Decerto que Febvre superou a narração cronológica simplória ao biografar indivíduos em suas relações interativas com aspectos sociais de relevo. Se em seu livro *Un destin, Martin Luther a Alemanha* acompanha Lutero, mas o indivíduo preserva intactas as suas cartas de nobreza, isso também é biografia, ainda que por outros meios. Mas convém ouvir o depoimento do autor acerca do feitiço do próprio trabalho: “Uma biografia de Lutero? Não. [...] formular assim, a propósito de um homem de singular vitalidade, o problema das relações do indivíduo com a coletividade, da iniciativa pessoal com a necessidade social, que é, talvez, o problema capital da história: tal tem sido nosso intento”. (FEBVRE, 1956, p. 09)¹⁰

Com esses argumentos, Febvre tencionou demonstrar que o grande personagem histórico não representa um papel solitário, nem mesmo um papel isolado. Ele recebe as demandas de seu mundo e lhes dá respostas. Ele age e reage no interior da coletividade que o produziu, como a levedura no interior de uma massa. Fermentando-a, desencadeia ações em diferentes quadras de sua vida. Acaba por transformar-se em um mediador de interesses públicos. Febvre percebera que não se pode conceber uma história viva sem a presença das coletividades, essas compostas por estratos diversos de individualidades que, por vezes, guiam os

⁹ Nessa linha de reflexão segue o historiador australiano Wallace Kirsop: “Writing as an historian, and not as a theologian, an apologist, or a detractor, the author’s purpose was to “*comprendre, et faire comprendre*” [...]. Some of the earlier literature is reviewed, and sectarian criticisms are rejected where they are perceived as ahistorical or anachronistic. In short, for Febvre, his picture of Luther is an important first step on the way to understanding the religious climate of the Reformation period in all its complexity”. KIRSOP, Wallace. Lucien Febvre (1878-1956). In: DAILEADER, Philip; WHALEN, Philip (org.). *New Historical Writing in Twentieth-Century France. French Historians (1900-2000)*. Chichester: Blackwell Publishing, 2010. p. 226.

¹⁰ E o autor prosseguiu com suas visadas anos mais tarde em outro livro: “Monographie d’un homme, Rabelais? Si grand que fût cet homme, on ne l’eût point écrit. Recherche d’une méthode ou, plus précisément, examen critique d’un complexe de problèmes, historiques, psychologiques et méthodologiques”. FEBVRE, Lucien. *Le problème de l’incroyance au XVIe siècle. La religion de Rabelais*. Paris: Albin Michel, 1968. p. 18s.

seus rumos, imprimindo-lhes a marca indelével de sua vontade e liderança personalista, caso emblemático do Reformador. Ele estava convencido de que a sociedade e a personalidade individual friccionam-se em um campo interrelacional de margens estreitas. No interior da “massa” o indivíduo atua, por assim dizer, como um agente de fermentação dos anseios da coletividade.

Como se sabe, Febvre concedeu especial destaque aos luminares da cultura erudita do século XVI, aos grandes espíritos da época renascentista, como Lutero, Rabelais, Bonaventure des Périers, Marguerite de Valois, Erasmo, Calvino, dentre outros. Já René Descartes é o seu herói filosófico do século XVII.¹¹ Segundo Febvre, a estatura intelectual desses personagens de escol permite compreendê-los como espécies de sínteses do padrão cultural de uma dada sociedade do passado distante. Segundo as concepções do autor de *O problema da incredulidade*, os espíritos luminares não são somente os tradutores culturais que tornam viável a compreensão das diferenças qualitativas de priscas eras. Tais mentes brilhantes constituem o próprio objeto fundador da pesquisa. “... Lucien Febvre é, portanto, com mais frequência”, observa Denis Crouzet, “um historiador do ‘grande homem’, entendido como um receptáculo dos ‘problemas que dividem seus contemporâneos’, um imenso eco dos que viviam em seu tempo, e que, assim, recorrem a um método simultaneamente associativo e totalizante”. (CROUZET, 2011, p. 80) E os personagens célebres e, por conseguinte, dignos de uma reflexão detida serão, para Febvre, os homens de saber, sejam eles cientistas, autores ficcionais, inventores filosóficos, líderes religiosos etc. O motivo da preferência: os escritos desses mestres possuem o condão de interagir com as ideias em dado contexto de uma cultura. Assim sendo, as obras de pensamento e seus feixes de ideias potencialmente transformadoras podem ser apreendidas como áreas ou campos de todo um complexo de articulações mútuas, que se processam entre os homens e o grupo ao qual pertencem.

Nas considerações de Lucien Febvre, o problema historiográfico de maior relevo em teoria da interpretação de textos do século XVI residia em identificar e compreender as intenções dos autores em foco no interior de um universo linguístico dotado de normas e de valores peculiares, ainda que destinados a se transformarem

¹¹ A Erasmo, Calvino e Descartes o autor não dedicou um livro específico, a exemplo dos demais. Porém, são vigorosos os ensaios dedicados a eles em obra organizada por Febvre, e publicada postumamente. Cf. FEBVRE, Lucien. *Au coeur religieux du XVIe siècle*. Paris: SEVPEN, 1957.

com o tempo em algo diverso. Para chegar a uma compreensão dos textos do passado, segundo os próprios termos dos autores que os conceberam em remotos tempos, era preciso neutralizar enfaticamente as circunstâncias típicas do intérprete, o que, segundo algumas correntes de interpretação de textos, é tarefa tão impossível quanto inútil, conforme a exegese proposta por Hans-Georg Gadamer.¹²

Lucien Febvre demonstrara, em seu *O problema da incredulidade no século XVI*, que a cultura literária do Renascimento não era portadora de um universo linguístico demasiadamente desenvolvido que pudesse proporcionar aos indivíduos – incluindo entre eles as inteligências mais ilustradas no conjunto dos novos valores do humanismo – uma capacidade que fosse suficiente para expressar, por exemplo, um agnosticismo radical. Contra aqueles que tentavam transformar Rabelais num “crente da incredulidade”, Febvre indagava: uma atitude intelectual de natureza “transformadora” na análise histórica não encobriria e/ou não substituiria as peculiaridades do pensamento e visões de mundo dos homens do século XVI? Atitudes como as atribuídas a Rabelais não deslocariam para as moralidades do Antigo Regime formas distintas de racionalidade, discrepantes das originais? A transposição de valores no tempo não seriam reveladoras de um problema histórico mal formulado, expondo de modo flagrante a incapacidade do historiador em reconstituir o seu objeto de análise, nos termos que lhe eram próprios? “No seu Rabelais de 1942”, afirma Roger Chartier, “ele define um processo novo de tratamento das mentalidades antigas, realça o principal risco, o de decifrar os modos de agir dos homens do século XVI através de categorias que são as do século XX, e define um novo conceito, o de trabalho mental, para apreender na sua totalidade o campo da psicologia coletiva”. (CHARTIER, 1990, p. 216)

Febvre percebeu algumas singularidades nos textos do século XVI e indicou, por meio de suas análises, que a penetração do historiador no bloqueio de séculos de história só poderia ser empreendida pela compreensão das diferenças linguísticas existentes entre o sujeito da pesquisa e seu objeto. Segundo a perspectiva que adotou, tornava-se necessário descobrir as vias que permitissem compreender as diversidades culturais de tempos históricos tão distantes: o do historiador e suas circunstâncias, e o do universo dos textos em foco. Como

¹² Cf. GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001; e GADAMER, Hans-Georg. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 2003, v. 2.

compreender Rabelais e os autores que viveram em sua época e transitaram pelos gêneros literários daquele tempo? Aí estava um obstáculo considerável a ser transposto pela pesquisa histórica. Uma obra de um século já apresenta sérias dificuldades de compreensão, porque a língua é uma realidade viva e dinâmica, sujeita a perturbadoras transformações semânticas. O que dizer então de textos que desciam no leito largo de cinco séculos de história? De tais problemas surgiu a conhecida polêmica com Abel Lefranc, o que resultou em um dos maiores clássicos da historiografia no século XX.

Além dessas questões no campo da teoria da interpretação, as concepções do tempo da história desenvolvidas por Lucien Febvre ajudaram a redefinir a historiografia contemporânea, dando origem à superação de uma noção até então predominantemente linear do tempo histórico entre os historiadores. A partir de suas reflexões, pensar o tempo histórico trouxe algumas implicações novas, acentuando a exigência de analisar as culturas do passado em termos correlatos aos seus valores distintos, marcados por especificidades por vezes muito complexas e geradoras de confusões e incompreensões. Para o historiador francês, o tempo da história deveria acercar-se de uma dimensão social. As reflexões de Lucien Febvre superaram a compreensão tradicional do tempo histórico dos historiadores metódicos. A concepção de tempo histórico nos textos de Lucien Febvre parte de um evento criador do espírito humano — um texto clássico, paradigmático de uma época —, em busca de sua integração a seu lugar de elaboração. A proposta de uma história-problema, que construía seu próprio objeto de pesquisa com base em provas, mas também em imaginação, transformou a antiga noção do fato histórico, alterando significativa e decisivamente o conceito do tempo da história.

Os combates de Febvre geraram tensões na historiografia do século XX e abriram caminho para o estabelecimento de um acervo de concepções teóricas e metodológicas que, não hesitaríamos em afirmar, se tornaram patrimônio partilhado por historiadores de diversas origens e filiações intelectuais. Por meio de considerações localizadas sobre alguns conceitos e problemas suscitados pela obra deste aguerrido *annaliste*, buscamos perfazer alguns dos debates fundamentais da historiografia do nosso tempo, alertando para o conflituoso processo de demarcação de proposições e de territórios.

BIBLIOGRAFIA

BERR, Henri. Prólogo. Acción del médio y explotación de la tierra. In: FEBVRE, Lucien. *La Tierra y la evolución humana*. Introducción geográfica a la História. México: Uteha, 1955.

BURGUIÈRE, André. Anais (Escola dos). In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993.

CHARTIER, Roger. Febvre: (Lucien). In: LE GOFF, Jacques et alli. *A nova história*. Almedina, 1990.

CROUZET, Denis. Lucien Febvre. In: SALES, Véronique (org.). *Os historiadores*. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

DOSSE, François. *A história à prova do tempo*. Da história em migalhas ao resgate do sentido. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FEBVRE, Lucien. *Au coeur religieux du XVIe siècle*. Paris: SEVPEN, 1957.

_____. Histoire des sentiments. La terreur. *Annales*. Paris, 1951.

_____. La psychologie et l'Histoire. In: *Encyclopédie Française*. Paris, 1938.

_____. La sensibilité dans l'Histoire. *Annales*. Paris, 1941.

_____. *Le problème de l'incroyance au XVIe siècle*. La religion de Rabelais. Paris: Albin Michel, 1968.

_____. *Martín Lutero, un destino*. Mexico: Fondo de Cultura Económica, 1956.

_____. *O problema da incredulidade no século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

_____. Sorcellerie, sottise ou révolution mentale. *Annales*. Paris, 1948.

_____. Sur une forme d'Histoire qui n'est pas la nôtre. In: _____. *Combats pour l'Histoire*. Paris: Armand Colin, 1953.

GADAMER, Hans-Georg. *O problema da consciência histórica*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

_____. *Verdade e método*. Petrópolis: Vozes, 2003, v. 2.

GUSDORF, Georges. L'éveil du sens historique. In: _____. *Introduction aux sciences humaines*. Paris: CNRS, 1960.

KIRSOP, Wallace. Lucien Febvre (1878-1956). In: DAILEADER, Philip; WHALEN, Philip (orgs.). *New Historical Writing in Twentieth-Century France. French Historians (1900-2000)*. Chichester: Blackwell Publishing, 2010.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introduction aux études historiques*. Paris: Hachette, 1898.

MASTROGREGORI, Massimo. Existe uma formulação teórica em Marc Bloch e Lucien Febvre? In: NOVAIS, Fernando Antonio; SILVA, Rogério Forastieri (orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.

MORAZÉ, Charles. Prefácio. In: FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

NOIRIEL, Gérard. *Sur la crise de l'histoire*. Paris: Gallimard, 2005.

REVEL, Jacques. Febvre, Lucien, 1878-1956. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993a.

_____. Mentalidades. In: BURGUIÈRE, André (org.). *Dicionário das ciências históricas*. Rio de Janeiro: Imago, 1993b.